

F1 arresta Autódromo do Algarve e IDT já pedira restituição de verbas

14-03-2012 9:30:00 in Observatório do Algarve



Uma ação de arresto dos bens da Parkalgar gestora do autódromo do Algarve, por dívida superior a 3,2 milhões de euros, foi colocada por Bernie Ecclestone, chefe da Fórmula 1. Há mais fornecedores que já avançaram para Tribunal e Instituto do Desporto quer restituição de 902 mil euros.

As dívidas relativas à realização de duas competições do campeonato GP2 em 2009 estão na origem do arresto da Fórmula 1, avançou o jornal Correio da Manhã que cita ainda outras ações judiciais contra a empresa proprietária do autódromo.

O jornal adianta que a Parkalgar tem mais 14 ações, ainda que de valores inferiores, interpostas por diversos fornecedores devido a dívidas superiores a 4 milhões de euros.

O administrador do autódromo, Paulo Pinheiro reconheceu a existência dos processos, tendo no entanto garantido que “têm sido feitos acordos com todas as entidades queixosas”, havendo unicamente “seis ou sete processos pendentes” na barra dos tribunais.

Contudo, as dificuldades financeiras do autódromo de Portimão cujo ranking é de “risco comercial elevado” estão a pesar na agenda de eventos, com os promotores preocupados com a situação. Naquela infraestrutura desportiva já houve inclusive cortes de fornecimento de água.

Paulo Pinheiro justificou a situação ao Correio da Manhã com a existência de “problemas de tesouraria” que no entanto considera estarem a ser geridos pela empresa.

Entretanto a assessoria de imprensa do Autódromo Internacional do Algarve, a propósito da dívida à Formula One Management (FOM) adianta que a mesma se deve ao “incumprimento, por parte de entidades estatais, quanto a verbas acordadas” (relativas às provas GP2 de 2009).

“O Autódromo tinha acordado o recebimento de verbas por parte do Estado português, mas não as recebeu e acabou por incorrer numa situação de incumprimento”.

Instituto do Desporto de Portugal pediu restituição de 902 mil euros

Uma auditoria do Instituto do Desporto de Portugal (IDT) às contas de 2008 e 2009 da Parkalgar, concluída em junho de 2011, concluiu pela restituição de cerca de 902 mil euros, por a empresa ter apresentado faturas “não elegíveis” relativamente às verbas concedidas pelo IDT para a organização de cinco provas desportivas, entre elas

A auditoria detetou erros na contabilidade que se elevavam a mais de 5 milhões de euros durante os anos de exercício auditados pela empresa Mariquito, Correia & Associados, período em que o IDT atribuiu ao Autódromo mais de 2 milhões de euros,

correspondente ao parcial dos orçamentos e despesas que ascenderam a 19,5 milhões de euros, para as cinco provas em causa.

A auditoria ordenada pelo IDT não abrangeu as 4 provas realizadas em 2010 que levaram o Instituto a atribuir mais 1,1 milhão de euros à Parkalgar.

A empresa gestora do autódromo exerceu o contraditório sobre a auditoria, a 13 de Dezembro de 2010 sobre a auditoria de 2008 e a 17 de Fevereiro de 2011 (em relação às contas de 2009), apresentando documentos que fizeram baixar a quantia da restituição dos 997 mil euros iniciais para os 902 mil euros.

O administrador da Parkalgar explicou na altura que as despesas existiram, estando unicamente em causa questões técnicas de contabilidade, e que o valor total a devolver rondaria os 27 mil euros, depois de apresentados os documentos justificativos solicitados pelos auditores.

Um dos diferendos mais substanciais relaciona-se as etapas de 2008 e 2009 do Campeonato do Mundo de Superbikes, em que foram detetadas irregularidades de 650 mil euros.

Questões de publicidade, manutenção anual da equipa Parkalgar Racing Team, que entretanto deixou a competição no Campeonato do Mundo de Superbikes estavam na origem da maioria das despesas que tanto os auditores como o Instituto do Desporto consideravam não elegíveis.

Ao contrário da empresa gestora do autódromo que considerava a equipa como um veículo promocional da prova, da infraestrutura e da região durante todo o ano.

'desporto' 'negócios' 'autódromo' 'automobilismo' 'tribunal'



http://www.observatoriodoalgarve.com/cna/noticias_ver.asp?site_lang=pt¬icia=48932